

Assembléia Legislativa do Estado do Pará

DECRETO Nº 1681/MD/AL/2025

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ, usando de suas

atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO os pareceres exarados pela Procuradoria Geral nos autos do Processo nº

CONSIDERANDO os pareceres exarados pela Procuradoria Geral nos autos do Processo no 2435, de 27 de fevereiro de 2025, no qual o servidor AMÂNDIO PERDIGÃO GUIMARÃES FILHO — matrícula 374, solicitou aposentadoria voluntária; CONSIDERANDO que na data de 21 de março de 2025, através da Portaria no 197/2025/MD/AL, de 11.03.2025, o servidor foi afastado do serviço ativo, por completar 75 anos, idade limite para a permanência de servidor efetivo no serviço público, conforme disposto na Lei Complementar 152, de 13.12.2015, em seus arts. 1º e 2º, I.

RESOLVE:

APOSENTAR, voluntariamente, com vigência a partir de 21 de março de 2025, com base nas disposições do art. 33, § 1º, inciso III, alínea "a", da Constituição do Estado do Pará, c/c o art. 2º, § 1º, da Emenda Constitucional nº 77/2019; art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 3º, § Único da Emenda Constitucional nº 47/2005; arts.131, § 1º, XII e 140, III de Lei Estadual 5.810/1994; Decreto Legislativo nº 70/90, art. 12 c/c as Resoluções nº 67/91 e 09/93; Decreto Legislativo 04/12, art. 11; Decreto Legislativo nº 35/2015; Resolução nº 05/2017, o servidor AMÂNDIO PERDIGÃO GUIMARÃES FILHO , matrícula 374, no cargo de ANALISTA LEGISLATIVO/ADMINISTRAÇÃO — Código e Nível PL.AL.081, 'do Quadro de Provimento Efetivo, com os proventos integrais reajustados pelo Ato da Mesa nº 100/2024, de 09.05.24, conforme narcelas abaixo:

VENCIMENTO (com 18 Referências....
 GRATIFICAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR - (80%).
 R\$-6.336,11

 REPRESENTAÇÃO DL 04/12 - (100%).
 R\$-7.920,14

 ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO - (60%)
 R\$-13.305,83
 PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

BELÉM-Pa. em 20 de maio de 2025.

Deputado FRANCISCO MELO -CHICÃO Presidente

ida CILENE COUTO 1ª Secretária

Deputado ELIAS SANTIAGO 20 Socretario



Assembléia Legislativa do Estado do Pará

DECRETO Nº 1682/MD/AL/2025

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ, usando de suas

CONSIDERANDO os pareceres exarados pela Procuradoria Geral nos autos do Processo nº 4311, de 07 de abril de 2025, no qual o servidor PAULO SOUZA – matrícula 039, solicitou aposentadoria voluntária;

CONSIDERANDO que na data de 03 de maio de 2025, através da Portaria nº 264/2025/MD/AL, de 08.04.2025, o servidor foi afastado do serviço ativo, por completar 75 anos, idade limite para a permanência de servidor efetivo no serviço público, conforme disposto na Lei Complementar 152, de 13.12.2015, em seus arts. 1º e 2º, I.

APOSENTAR, voluntariamente, com vigência a partir de 03 de maio de 2025, com base nas disposições do art. 33, § 1º, inciso III, alínea "a", da Constituição do Estado do Pará, c/c o art. 2º, § 1º, da Emenda Constitucional nº 77/2019; art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 3º, § 1º, da Emenda Constitucional nº 77/2019; art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 3º, s Único da Emenda Constitucional nº 47/2005; Lei 5.312/86, Lei 5.207/84 em seu art. 4º; arts.131, § 1º, XII e 140, III da Lei Estadual 5.810/1994; Decreto Legislativo nº 70/90, art. 12 c/c as Resoluções nº 67/91 e 09/93; Decreto Legislativo nº 24/96; Decreto Legislativo 04/12, art. 11; Decreto Legislativo nº 35/2015; Resolução nº 05/2017, o servidor PAULO SOUZA, matrícula 039, no cargo de CONSULTOR — Código e Nível PL.AL.104, 'do Quadro Suplementar de Provimento Efetivo, com os proventos integrais reajustados pelo Ato da Mesa nº 100/2024, de 09.05.24, conforme parcelas abaixo:

VENCIMENTO (com 18 Referências)... TOTAL DE PROVENTOS ANUAIS.. PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

BELÉM-Pa. em 28 de maio de 2025.

Deputado FRANCISCO MELO -CHICÃO Presidente

Deputada CILENE COUTO dusol 1ª Secretária

Deputado ELIAS SANTIAGO



Assembléia Legislativa do Estado do Pará

DECRETO Nº 1683/MD/AL/2025

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ, usando de suas atribuições legais e regimentais.

CONSIDERANDO os pareceres exarados pela Procuradoria Geral nos autos do Processo no 6183, de 25 de junho de 2024, no qual o servidor ÁLVARO AYRES DE OLIVEIRA JÚNIOR — matrícula 408, solicitou aposentadoria voluntária;

RESOLVE:

APOSENTAR, voluntariamente, com base nas disposições do art. 33, § 1º, inciso III, alínea
"a", da Constituição do Estado do Pará, com o art. 13 da Emenda Constitucional nº 77/2019; art. 7º
da Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 3º, § Único da Emenda Constitucional nº 47/2005;
arts. 130, 131, § 1º, XII e 140, III da Lei Estadual 5.810/1994; Decreto Legislativo nº 70/90, art.
12 c/c as Resoluções nº 67/91 e 09/93; Decreto Legislativo dº/12, art. 11; art. 9º, I do Decreto
Legislativo nº 35/2015; Resolução nº 05/2017, o servidor ÁLVARO AYRES DE OLIVEIRA JÚNIOR,
matrícula 408, no cargo de TÉCNICO LEGISLATIVO — Código e Nível PL.AL.102, 'do Quadro
Suplementar de Provimento Efetivo, com os proventos integrals atualizados, reajustados pelo Ato da
Mesa nº 12/2025 de 22 05 25 conforme parcelas ablaixo:

GRATIFICAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR - (80%)......R\$-6.716,27 R\$14.840.43R\$ -1.259,30 PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE. BFI ÉM-Pa, em 28 de maio de 2025.

Deputado FRANCISCO MELO -CHICÃO Presidente Don

Deputada CILENE COUTO 1ª Secretária

Deputado ELIAS SANTIAGO



Assembléia Legislativa do Estado do Pará

DECRETO Nº 1705/MD/AL/2025

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ, usando de suas

A MESA UNICETORA DA ASSEMBLA PARTICIPA DE CONSIDERANDO o resultado da pericia médica oficial da SEPLAD, que concluiu pela incapacidade definitiva para o trabalho do servidor ANTONIO SALES DE ARAÚJO, matrícula 941, a partir de 09.09.21, através do Laudo Pericial nº 205965A/1, posteriormente confirmada pelo Laudo Pericial nº 205267A/1, de 22.03.22, que deu origem ao processo administrativo 003030, de 19.04.22; CONSIDERANDO os pareceres exarados pela Procuradoria Geral nos autos do referido Processo, comando nela transformação da aposentadoria do servidor para aposentadoria voluntária, em razão de ter

opinando pela transformação da aposentadoria do servidor para aposentadoria voluntária, em razão de ter implementado, antes da data da incapacidade, os requisitos para aposentadoria voluntária; CONSIDERANDO a opção constante nos autos, manifestada pelo servidor pela regra de aposentadoria que lhe foi mais vantajosa, nos termos dos pareceres do Órgão Jurídico,

BELÉM-Pa. em 17 de junho de 2025.

Deputado FRANCISCO MELO -CHICÃO

itada CILENE COUTO

1ª Secretária Deputado ELIAS SANTIAGO